

**A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS
REPRESENTAÇÕES DO JORNAL A CRUZ EM 1961**

***MORAL CENSORSHIP ON JÂNIO QUADROS IN THE REPRESENTATIONS OF
THE NEWSPAPER THE CROSS IN 1961***

Marcelo de Azevedo Botelho *

RESUMO

O objetivo desse texto é analisar as representações da censura das diversões públicas no jornal *A cruz*, averiguando suas relações com os decretos dos usos e costumes de Jânio Quadros em 1961. Assim, verificou-se o afinco desse periódico no interesse de formar uma opinião pública favorável às medidas de Jânio, gerando-lhe prestígio político. A análise das fontes revelou que, longe de serem medidas isoladas de Jânio, elas atendiam às demandas de distintas correntes dentro da Igreja.

PALAVRAS-CHAVES: Censura das diversões públicas; Jânio Quadros; imprensa católica; opinião pública.

ABSTRACT

The goal of this text is to analyze the representations of censure of public amusement in *The cross*, assessing its relations with the decrees of usages and customs by Janio Quadros in 1961. Thus, it one can conclude a particular tenacity of this periodical in the interest of forming a public opinion favorable to the measures of Janio Quadros, thus granting him political prestige. The analysis of the sources showed that, far from being isolated measures by Janio Quadros, they met the demands of different currents within the Church.

KEYWORDS: Censorship of public amusement; Janio Quadros; Catholic Church Press; public opinion.

* Mestrando em História – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ UFRRJ. Graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ UFRRJ. E-mail: marceloazbo@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar as representações da censura das diversões públicas na imprensa católica, averiguando suas relações com os decretos dos usos e costumes¹ de Jânio Quadros em 1961. Assim, visamos, de um lado, examinar o empenho do jornal católico *A Cruz* na formação de uma opinião pública favorável às medidas de JQ, através da análise dos seus pressupostos morais. De outro, discutir até que ponto tais medidas emanadas pelo executivo se correspondiam com as demandas desses religiosos. Para isso, o recorte temporal restringe-se aos sete meses em que Jânio esteve à frente do Executivo Federal, de fins de janeiro em 1961 à renúncia em agosto.

Segundo o historiador Carlos Fico, há autores que interpretam a censura das diversões públicas como atos não ligados diretamente à política, restringindo-se a impedir o que era considerado imoral, no teatro, na TV, no cinema e assim por diante. Para outros, toda censura é um ato político, independente de destinar-se às questões morais ou a temas explicitamente políticos. Para Fico, é “impossível distinguir a dimensão moral e a dimensão estritamente política” na censura das diversões públicas, visto que há atos explicitamente políticos proibidos nas diversões públicas (FICO, 2002, p.7). Dessa maneira, acredita-se que a dimensão moral e a dimensão política estão intrinsecamente relacionadas, visto que tais atos vão gerar prestígio político a Jânio. O termo “a censura das diversões públicas” será utilizado para representar as censuras associadas aos decretos morais dos usos e costumes de Jânio, isto é, as “diversões públicas” estão sendo compreendidas a partir das rinhas de galo, do cinema, da TV, das revistas, dos concursos de beleza, das corridas de cavalos, entre outras coisas.

Para Pierre Bourdieu, a Igreja “inculca um sistema de práticas e de representações” consagradas que contribuem para a manutenção da ordem a partir de reforço simbólico, restaurando consensos por meio, em grande parte, de uma

¹ O termo: “moralização dos usos e costumes”, seguirá, em grande parte, a separação dual proposta por Vera Chaia. Conforme indica essa autora, que analisou a atuação política de Jânio Quadros, de um lado, encontram-se os decretos em torno da “moralização administrativa,” que estaria mais voltada para o funcionalismo público a partir da carga horária, demissão, concursos públicos e assim por diante. De outro, permanecem os decretos vinculados à “moralização dos usos e costumes” através da censura às revistas, a proibição de maiôs nos concursos de misses, das rinhas de galo e do lança-perfume e outras coisas. Dessa forma, o enfoque sobre a “moralização” durante a gestão presidencial janista aproximar-se-á da moralização dos usos e costumes. Ver: CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, 1991.

moralização e de uma sistematização das crenças, práticas e representações religiosas (BOURDIEU, 2011, p.70).

Baseando-se em Roger Chartier, as representações são entendidas aqui como um conceito que permite, entre outras questões, classificar múltiplos modos de ver através dos quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diversos grupos, reconhecendo diferentes identidades sociais a partir dos seus atos simbólicos (CHARTIER, 1990, p.57).

Nos anos de 1950 e 1960 no Brasil, a comunidade cristã católica era bastante significativa,¹ ocorrendo mudanças estruturais a partir da urbanização e da industrialização, intensificando-se o êxodo rural. Essas massas rurais, que vão se deslocar, têm um grande peso cultural enraizado no catolicismo tradicional (CAMARGO, 1995, p. 436). Assim, é possível identificar a semelhança entre esses atos janistas e a cultura tradicional de uma parcela dessa nova população urbana.

Para Habermas, as mudanças estruturais podem contribuir para dilatar a constituição da esfera pública por meio da imprensa, dos clubes entre outros, surgindo um público letrado e desenvolvendo-se uma consciência política. Essa esfera pública é intermediada, em grande parte, pela imprensa, que terá um papel fundamental na formação da opinião pública através da “luta dos argumentos” (HABERMAS, 1984, p. 85).

Para Bourdieu, “a opinião pública não existe”, já que esse termo apenas legitima as relações de força, havendo grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses (BOURDIEU, 1982, p.11). Essas reflexões serão fundamentais pra compreender o interesse desses religiosos na formação de uma opinião pública favorável à censura das diversões públicas e, conseqüentemente, aos atos moralistas de Jânio.

Os assuntos sobre a moralização dos costumes marcavam o contexto político analisado. Basta lembrar que a União Democrática Nacional (UDN) se aliou a JQ na disputa presidencial, em 1960, e o moralismo também foi seu símbolo, sendo o Partido Democrata Cristão (PDC), que também fez parte da coligação janista, um “simples satélite” da UDN.² É válido lembrar que até o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que

¹ De acordo com dados do IBGE, havia um percentual de 93,07% de católicos no Brasil, na década de 1960. Disponível em: NERI, Marcelo. *Novo mapa das religiões*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.7.

² BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p 224.

era considerado imoral e diabólico por seus adversários, questionava as mudanças de valores comportamentais, pois eram vistas com “certo desdém para os caretas do PCB” (TAVARES, 1998, p.339).

Trata-se de uma conjuntura marcada, no plano mundial, pelo processo de radicalização política bipolar ensejada pela Guerra Fria e pela Revolução Cubana. No que se refere à política brasileira, observa-se a presença das Ligas Camponesas, do movimento operário e estudantil e da crise econômica nacional aberta com o fim da gestão de JK. É nesse contexto que são editadas por Jânio proibições de natureza diversa, como o uso de maiôs e rinhas de galo.

Diferente da leitura predominante na literatura existente, que interpreta os “atos do Executivo”³ relacionados à moralização dos usos e costumes como produto da falta de equilíbrio psicológico de Jânio (por serem considerados “fora da História”),⁴ almejamos discutir as seguintes questões: até que ponto a censura das diversões públicas foi apenas uma iniciativa do Executivo ? As representações da censura das diversões públicas no Jornal *A Cruz* eram correspondentes com tais decretos ? A tão propalada “ameaça comunista” e o liberalismo tiveram influência direta na aprovação desses decretos ?

³ Entre tais atos presidenciais, foram catalogadas oito medidas: O Decreto nº: 50.578- de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis, p. 194; O Decreto nº: 50.620 - de 18 de Maio de 1961, que proíbe o funcionamento das rinhas de brigas de galos, p. 256; O Decreto nº. 50.766, de 9 de junho de 1961, que disciplinava o funcionamento de jogos carteados, p. 509; o Decreto nº. 50.812, de 17 de junho de 1961, que disciplina a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão, p.549; o Decreto nº. 51.009, de 22 de julho de 1961, que proibia espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, p. 170; O Decreto nº. 51.134, de 3 agosto de 1961, que, entre outras questões, censurava qualquer gesto considerado indecente presente nos programas de rádio e televisão, p. 347; O Decreto nº. 51.182, de 11 de agosto de 1961, que proibia o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza, p. 470; o Decreto nº. 51.211, de 18 de agosto de 1961, que proibia o lança-perfume, p. 492. COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961 – VOLUME II, IV, VI. ATOS DO PODER EXECUTIVO.

Disponível em :
<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html> 2013-02-18 14:11 h

⁴ Esta expressão foi tomada emprestada de: DUARTE, Valter; FERREIRA. *A história da renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais*. Curitiba: CRV, 2011.

Revisão bibliográfica sobre os decretos de Jânio e a postura da Igreja em 1961

É possível identificar três principais abordagens acerca dos decretos dos usos e costumes de JQ. Por não haver espaço para expor todas as obras pesquisadas, serão apresentados os autores que mais forneceram elementos para dar suporte a esse projeto, já que diversos autores nem citam esses atos presidenciais. No entanto, essa revisão bibliográfica demonstrará que nenhum trabalho está voltado para o leque de questões proposto nesse projeto. Em seguida, serão apresentadas algumas características da postura política da igreja Católica nesse contexto.

No primeiro grupo, estão aqueles que advogam que esses decretos foram frutos da insanidade de Jânio. O historiador Thomas Skidmore, influenciado pelo materialismo histórico marxista dos anos 1960, considera Jânio Quadros um “Napoleão moderno”. A diferença para Napoleão estaria justamente em torno da temática moral, pois afirma que Jânio “desperdiçava energia com questões sem nenhuma importância”, como a proibição do uso de biquíni e do lança- perfume (SKIDMORE, 1992, p. 238). Em 1981, a cientista política Maria Benevides sublinhou que os decretos seriam “questões disparatadas e insólitas, obviamente deslocadas das órbitas governamentais” (BENEVIDES, 1981, p. 40).

Na segunda vertente interpretativa, encontram-se muitos dos correligionários de Jânio, cujas obras apontam a maioria dos atos moralistas como gestos simbólicos contra uma elite capitalista. O jornalista Mário Victor, por exemplo, explica que JQ posicionou-se ao lado do bloco progressista e os decretos eram formas de estimular a população a voltar-se para os problemas mais importantes, como a exploração e a desigualdade do sistema capitalista (VICTOR, 1965, p.6).

O historiador Moniz Bandeira afirma que a Igreja, desde JK quando havia um esboço de reatamento com a União Soviética, já era contra essa aproximação. No entanto, durante o governo Quadros, a Igreja não protestou porque, ao mesmo tempo em que se aproximava do bloco socialista, o presidente baixava decretos morais “para atender à reclamação de uma liga de senhoras católicas do Paraná”, sendo uma das formas de neutralizar uma das forças políticas do país (BANDEIRA, 1979, p.34).

A cientista política Vera Chaia questionou os argumentos de Moniz Bandeira, que enxergava a política externa de Jânio como uma forma de “adormecer” o bloco

progressista. Em vez disso, ela explica que havia um espaço de manobra, pois a proposta de reatamento já estaria presente durante sua campanha presidencial em 1960 (1991, p.215).

Para Chaia, a moralidade foi um aspecto relevante para entender como diferentes camadas sociais se uniram para apoiar Jânio, logo os decretos morais funcionaram como elemento homogeneizador, na falta de uma proposta política consistente (1991, p.123). No entanto, ela argumenta que esses atos demonstram ambiguidades, pois, ao mesmo tempo que JQ defendia o liberalismo, interferia nos padrões comportamentais. O historiador Felipe Magalhães, na sua dissertação de mestrado (defendida em 1998), enfatiza a formação de Jânio no Colégio Diocesano e na Faculdade de Direito para explicar sua postura política. Assim, Magalhães questiona os argumentos de Moniz Bandeira, afirmando que a temática moral já estava na agenda de Jânio desde os primórdios da sua carreira política, em 1946, não sendo meros atos para contrabalancear a sua política externa (MAGALHÃES, 1998).

Newton Molon, mestre em comunicação social, explica a ascensão de JQ a partir do desenvolvimento capitalista. Molon advoga um efeito determinante do crescimento tecnológico dos meios de comunicações sobre a formação da opinião pública a favor de JQ (MOLON, 2006, p.9). Porém, ele se refere à grande imprensa e não à imprensa católica. Para Eduardo Grossi, havia no Brasil grupos intermediários que reenviavam a propaganda janista aos eleitores em geral da sua região através de códigos que pudessem interpretar. Esses grupos intermediários teriam um papel ativo nesse processo de intercomunicação, enquanto a população em geral receberia suas informações de forma inerte; logo JQ teria acertado ao conseguir conquistar esses “líderes de opinião” (GROSSI, 2001, p.7).

O historiador Jeferson Queler advoga que as classes inferiores também podem ter um espaço de manobra em relação à apropriação, criação e reformulação de suas próprias propostas políticas. Dessa maneira, Queler defende, sucintamente, que houve a solicitação da própria população para a implementação dos decretos morais. Também sustenta que as propostas vinculadas à democracia cristã e ao catolicismo social acompanhavam JQ por toda sua carreira; portanto, Jânio optaria por uma “terceira via” nesse ambiente bipolar. Assim, quando JQ se deu conta de que não poderia implantar essas medidas reformistas, saíra por uma tentativa golpista através de uma escolha

pessoal, já que poderia optar, entre outras escolhas, pelo bloco progressista ou o denominado bloco conservador (QUELER, 2008).

Em relação ao posicionamento político da Igreja Católica nesse período estudado, também se realizou uma revisão bibliográfica. Para o autor Cândido Procópio, com o fim da Segunda Guerra Mundial, há discursos de episcopais brasileiros contrários ao capitalismo. Esse sistema geraria perversões morais através da supremacia da economia material em detrimento do espiritual e moral. No entanto, a crítica ao socialismo tem maior ênfase a partir da rejeição da luta de classes, pois seria um meio violento que produziria ódio e o caos (1995, p. 425). Assim, uma vertente do pensamento social da Igreja apresentaria a restauração da ordem social cristã como uma solução para essa bipolarização através de uma “terceira via”. De acordo com Jefferson Queler, JQ também manteria essa posição.

Wellington Teodoro da Silva afirma que no Brasil, nos anos de 1950, havia três principais identidades cristãs entre os católicos. São essas: 1) Os tradicionalistas: combatiam à secularização em defesa do catolicismo oficial e da ordem temporal natural, condenando o comunismo; 2) Os modernizadores conservadores: defendiam a mudança do catolicismo para poder enfrentar com mais eficácia as questões modernas como o liberalismo e o comunismo; semelhante à vertente da Igreja, apontada por Procópio, que defendia a ordem social cristã como uma solução para essa bipolarização através de uma “terceira via”; 3) Os reformistas: preocupavam-se com o trabalho pastoral e com a mudança social, acreditando que é no processo histórico onde se principia a salvação, constituindo a base da “esquerda católica” (SILVA, 2011, p.42).

Para Lucília de Almeida Delgado, durante a campanha presidencial de Jânio, o pensamento religioso interagiu com duas principais esferas. Havia uma atmosfera política muito intensa, estando em jogo dois projetos diferentes. De um lado, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, Militares Nacionalistas, Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), PCB e “católicos progressistas”. Esse lado almejava reformas sociais e econômicas para superar o subdesenvolvimentismo. Em outra posição, encontrava-se a Escola Superior de Guerra (ESG), os latifundiários, setores do empresariado nacional, UDN, segmentos da classe média e “conservadores” da Igreja Católica. Esses tinham um programa de desenvolvimento econômico arrojado,

direcionado para a implantação da indústria de ponta e também para a preservação da estrutura agrária do país (DELGADO, 2003).

O sociólogo Luiz Alberto Gómez de Souza argumenta que havia uma polarização no interior da Igreja. De um lado, setores mais dinâmicos progressistas da Ação Católica mobilizavam-se através, principalmente, dos seus jovens do mundo rural (JAC), estudantil (JEC), independente, isto é, de classes médias (JIC), operário (JOC), e universitário (JUC), Educação de Base (MEB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outros. Outra parte organizou, no sentido oposto, uma resistência às propostas de transformação. Corrêa de Oliveira e dois bispos, Castro Mayer e Proença Sigaud, publicaram um livro contra as mudanças, *Reforma agrária, problema de consciência* (SOUZA, 2004).

Para o historiador Rodrigo Motta, a Igreja Católica constituiu-se, como a instituição não estatal, mais empenhada na luta contra a “ameaça vermelha”. Isso ocorreu mais intensamente nos anos 1960, quando, por exemplo, o episcopado brasileiro produziu várias Cartas Pastorais anticomunistas. Portanto, “o desafio comunista tinha origem na eterna luta contra o bem e o mal e na ação do grande tentador, Satanás” (MOTTA, 2002, p.19). O anticomunismo reuniu grupos políticos diversos: reacionários, conservadores, liberais e esquerdistas. Para esses atores, essa ideologia levaria ao “pecado”, pois questionaria a moral cristã, em defesa do aborto, do divórcio e do amor livre. Dessa forma, a temática moral ocupou um papel destacado no imaginário anticomunista, impulsionando as mobilizações sociais.

O jornal *A Cruz* e a censura moral de Jânio Quadros

Para estruturar melhor esse artigo, os atos janistas foram consultados na íntegra na *COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961*,⁵ pois reúnem atos dos poderes executivos publicados no Diário Oficial da União desde 1889 até 2000. Em seguida, pesquisamos o Anuário Católico de 1961 do Rio de Janeiro,⁶ onde foram mapeados 1 (um) Jornal⁷ e

⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961 – VOLUME II, IV, VI. ATOS DO PODER EXECUTIVO. 2013-02-18 14:11h

⁶ Disponíveis na Biblioteca Nacional: *Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB*. p. 380. Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8

⁷ Disponível na Biblioteca Nacional: O Jornal semanal católico *A Cruz*, n° : 2190/ 2450, loc: 5-340-5,14

33 (trinta e três) revistas⁸ que constituíam, institucionalmente, a imprensa católica do estado da Guanabara em 1961. Entre todos os periódicos, nenhum até o momento faz parte do acervo microfilmado. Entre as publicações catalogadas nesse Anuário, há apenas 1 (um) Jornal e 11 (onze) revistas⁹, que estão disponíveis na seção dos periódicos impressos da Biblioteca Nacional (BN). A revista católica *Síntese* não foi inventariada, mas também está acessível na seção de impressos na BN.¹⁰ A propaganda acerca desse periódico foi encontrada por ventura em um anúncio publicitário da revista *Estrela do Mar*. Dessa forma, estão acessíveis na Biblioteca Nacional, em relação à imprensa católica, 1 Jornal e 12 revistas, que circulavam no estado da Guanabara em 1961.

A imprensa confessional é em geral um “órgão militante” empenhada em fazer penetrar o ensinamento cristão na sociedade contemporânea. A sua influência é maior sobre os fiéis, já que a maior parte dos seus leitores são assinantes. Esses periódicos são lidos em família. Seu nascimento é sinal da estruturação de uma corrente de opinião, sendo dirigidos por militantes comprometidos em fazer essa opinião evoluir (COUTROT,1994, p.348). Portanto, a imprensa católica como fonte é um filão de informações sobre as posições políticas das várias correntes no interior do cristianismo.

A autora Tânia de Luca afirma que é crucial inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação. Para Luca, é fundamental analisar a tiragem, as relações com instituições políticas, a área de difusão, os grupos econômicos e financeiros. Perceber a ênfase em certos temas, pesquisando se a natureza do conteúdo se associa ao público que pretende atingir. Identificar o grupo responsável pela linha editorial, examinando os colaboradores mais assíduos e atentar para a escolha dos textos programados. De acordo com Luca, a imprensa seleciona, ordena, estrutura e narra o

⁸ 1-A *Fátima Brasileira*; 2-A *Vitória*; 3-*Centelhas*; 4- *Cruzadas Eucarística*; 5-*Ecos dos colégios*; 6- *Encontro*; 7-*Estrela do Mar*; 8-*Mensageiro*; 9- *Mensageiro do Coração de Jesus*; 10-*Mensageiro do Santo Rosário*; 11-*Mensagem*; 12- *Nossa Comunidade* ; 13- *O Apóstolo* ; 14- *Apóstolo do Santíssimo Sacramento* ; 15- *O Bom Pastor*; 16- *Pão e Luz*; 17- *Paz e Bem*; 18- *Pergunte e Responderemos*; 19- *Reparação*; 20- *Revista Catequética*; 21- *Revista da Asa*; 22- *Revista da Conferência dos religiosos*; 23- *Revista do Clero*; 24- *Revista Gregoriana*;25- *Salve Regina*; 26- *São José*; 27- *São Vicente*; 28- *Sino de São Sebastião*; 29- *Traço de União*; 30- *Verbum*; 31- *Vida Paroquial*; 32- *Vita*; 33- *Você d'Itália Cattolica*.

⁹ São essas: 1-A *Fátima Brasileira*; 2-*Estrela do Mar*; 3- *Mensageiro do Coração de Jesus*; 4- *Mensageiro do Santo Rosário*; 5-*Apóstolo do Santíssimo Sacramento*; 6-*O Bom Pastor*; 7- *Paz e Bem*; 8-*Pergunte e Responderemos*; 9- *Revista da Conferência dos religiosos do Brasil*; 10- *Salve Regina*; 11-*Verbum*.

¹⁰ Disponível na Biblioteca Nacional: *Revista Síntese política, econômica e social*. Rio de Janeiro. n°:270/273. loc: 4,270,02,06.

que se elegeu digno de chegar até o público. Assim, os jornais e revistas não são obras solitárias, visto que reúnem projetos coletivos por “agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2006, p.140).

Entre as publicações católicas mapeadas, selecionou-se (devido os limites desse breve artigo) o Jornal *A Cruz*. Houve a intenção de situar o periódico em relação à histórica da imprensa católica; porém, há uma imensa lacuna historiográfica acerca da história da imprensa católica do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que tal periódico está sendo examinado como fonte e não como objeto de pesquisa. Logo, é metodologicamente praticável acompanhar apenas os números editoriais lançados em 1961, durante a gestão presidencial de Quadros.

A opção de pesquisar o jornal *A Cruz* explica-se em razão de ser o único jornal, que circulava no Estado da Guanabara em 1961, inventariado como propriedade católica pelo Anuário da Igreja. Talvez um exame mais aprofundado possa identificar a existência de outros jornais católicos, que não foram catalogados nesse inventário.

O jornal *A Cruz* foi fundado em 1917 no Rio de Janeiro e circulou até 1973. Não há disponível na Biblioteca Nacional as publicações iniciais, estando acessíveis somente as publicações a partir de 1919. Isso dificulta um conhecimento mais aprofundado sobre seu surgimento, qual a sua finalidade e seus vínculos instituições durante sua fundação. No entanto, existem diversas informações, entre as edições estudadas de 1961, que contemplam várias indagações desse trabalho.

Também não foi possível identificar a sua tiragem no período estudado; porém, há sinais de que havia uma grande quantidade impressa. A longa duração de 56 anos já oferece indícios da sua relevância. Esse periódico era impresso em Botafogo, na rua Real Grandeza nº 248. Em todas as edições havia uma mensagem restrita “Aos Católicos de Botafogo” para a colaboração com as obras da Igreja.¹¹ No entanto, noticiava também questões particulares, como excursões, colaborações, eventos e romarias, de outras “Instituições Religiosas” de diversos bairros a partir de Copacabana, Centro, Grajaú, Bonsucesso, Inhaúma entre outros. Desse modo, não parece equivocado afirmar que esse jornal não circulava apenas em Botafogo.

¹¹ *A Cruz*, nº 2.288- 08/01/1961, p.6.

A imensa quantidade de iconografias e anúncios publicitários também é outro elemento que indica a elasticidade do raio de alcance desse jornal. Entre as principais empresas industriais de grande porte que patrocinavam *A Cruz* e portanto, garantiam seus anúncios regulares, podemos destacar: *Bayer do Brasil indústria química S. A*, *Produtos Kibon*, *Fábrica Bangu: companhia progresso industrial do Brasil*, *Mesbla*, *Mabar Internacional S.A* entre outros. O seu preço avulso custava CR\$ 10,00 e a sua assinatura anual CR\$ 240,00. Isso demonstra que o jornal era acessível aos fiéis de baixo poder aquisitivo, já que o salário mínimo girava em torno de CR\$ 9.600,00.¹²

Todas as edições pesquisadas¹³ tinham 8 páginas e sua periodicidade era semanal. Seu tamanho era standard, suas dimensões em torno de 75 cm e 60 cm, muito semelhante à diagramação dos jornais da grande imprensa na época, como *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Não há espaço aqui pra fazer uma análise comparativa com esses dois periódicos de grande tiragem, mas é viável afirmar que *A Cruz* gozava de uma tecnologia e desenvolvimento bem semelhante aos dos jornais mais importantes do período estudado.

A Cruz tinha colunas fixas, como por exemplo, a *Tópicos*, que preenchia, exatamente, toda a segunda página, com diversos tópicos, abordando assuntos diversos, mas sem autores identificados. Assim, tudo indica que era a coluna de destaque do jornal. Nesta seção, foram encontrados grande parte das fontes aqui utilizadas. A coluna *Educação e Cultura* e *Um pouco de tudo* ocupavam a página três, seu colunistas eram, respectivamente, Nonato Silva e Antônio Guedes de Holanda, não havendo informações sobre suas formações ou ocupações. Nas páginas quatro e seis não havia seções estáticas, tratando de temas de diversas naturezas, como o anticomunismo, moralismo, reforma agrária, entre outras coisas. Já a quinta era ocupada pela coluna *Política Internacional* e *Política Nacional*, ambas anônimas. A penúltima era destinada em boa parte aos anúncios. A última página tratava de assuntos relacionados ao lazer, sendo a metade destinada à classificação dos filmes considerados imorais; a outra parte dividida entre matérias sobre esporte e música.

O Diretor-Responsável do jornal era Murilo Gondim, ex-diretor da Rádio Tupi. Havia diversos religiosos que escreviam reportagens em suas páginas, como o Padre

¹² Disponível em < <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf> >. Acesso em 13 dez. 2014.

¹³ As pesquisas foram realizadas desde a edição de 1º de Janeiro de 1961, número editorial: 2287, até a impressão de 27 de Agosto, número editorial: 2321.

Adalberto de Paulo Nunes e o Padre Damian Rodin. Porém, não foi possível identificar a ocupação ou a formação de outros autores, como o Alfredo Balthazar da Silva e José Augusto de Oliveira Netto.

Talvez, seria um risco etiquetar a linha editorial desse jornal como adjacente aos católicos conservadores, já que é presumível existirem várias identidades políticas entre esses redatores e leitores, dificultando um consenso por não ser um grupo homogêneo.¹⁴ No entanto, dificilmente encontra-se um grupo cujos membros pensem completamente iguais e sem divergências. Dessa maneira, é notório nesse periódico que havia uma identidade bastante abrangente entre seus redatores a partir de um projeto político (compartilhado) mais amplo, evidenciando sua tendência política (BASILE, 2012). Outro aspecto, que pode gerar uma armadilha ao reconhecer sua postura política, é o recorte temporal (aqui estudado). Como já foi mencionado, *A Cruz* foi fundado em 1917, havendo a possibilidade de mudanças ao longo tempo no seu posicionamento político. Todavia, sua identidade política aqui reconhecida restringe-se à sua conduta durante os sete meses da gestão janista, lembrando que o periódico foi utilizado, principalmente, como fonte.

A Cruz se comunicava com seus leitores, saudando-os como “às classes conservadoras”.¹⁵ Afirmava, explicitamente em quase todos os números pesquisados, seu posicionamento contrário radicalmente à reforma agrária, ao direito de greve, ao nacionalismo e ao comunismo, já que “nacionalista (...) é sinônimo de comunista”.¹⁶ A Frente Parlamentar Nacionalista equivaleria a “bizarros parlamentares” e a UNE “navegaria nas mesmas águas”, logo seria “a favor de duas coisas: a foizezinha e o martelinho”. Desse modo, *A Cruz* não seguia uma terceira via em 1961, nesse ambiente bipolar, explicando, na coluna *Um pouco de Tudo* de Antônio Guedes de Holanda, que “O neutralismo é utópico; a terceira posição um mito(...) recebe-se mal o emissário da Casa Branca e fazem-se salamaleques a Moscou”.¹⁷ Essas amostragens servem de exemplos para compreender o claro posicionamento político desse jornal, mesmo havendo divergências entre seus redatores.

¹⁴ O termo é de Gladys Sabina Ribeiro. Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina, e FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 89.

¹⁵ *A Cruz*, nº 2293- 12 de fevereiro de 1961, p.1.

¹⁶ *Ibidem*, nº 2287- 01 de janeiro de 1961, p.2.

¹⁷ *Ibidem*, nº 2289- 26 de março de 1961, p.4.

A pesquisa sobre esse periódico se deteve acerca da sua postura em relação aos decretos de Jânio Quadros em 1961. A Igreja tinha o Serviço de Informações Cinematográficas (SIC), órgão responsável pela censura dos filmes e vinculado organicamente ao CNBB. Durante o levantamento realizado nas edições do jornal *A Cruz*, observou-se que a metade da última página, em quase todos os números examinados, era endereçada aos lançamentos dos filmes. Todavia, todos eles eram classificados de acordo com a SIC, havendo, por exemplo, cerceamento aos filmes considerados “3-C. Prejudicial”, pois “encerram prejuízo moral e espiritual para a maioria do público”.¹⁸ Desse modo, esse jornal permite verificar que a Igreja mantinha uma postura em relação ao moralismo, bastante análoga aos atos de Jânio, reforçando simbolicamente a construção da opinião pública favorável à censura das diversões públicas.

O Decreto nº: 50.578 - de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis, igualmente, foi bem receptível por esses religiosos, já que na coluna *Política Internacional*, no tópico: *Não Pode casar quem joga na Loteria*, noticiava-se no exemplar de 13 de março de 1961:

A Igreja Oficial da Holanda (protestante) tem alguns pontos de programa sumariamente benéficos e é pena que não sejam adotados em outros países, mesmo católicos. (...) Entre nós, em geral, o jogo de loteria é tolerado e até mesmo permitido pelas autoridades civis, que dele tiram proveito. O jogo de loteria esportiva- vamos dizer corridas de cavalo ali no Jockey- reúne a fina flor da sociedade carioca, e lá se joga à vontade sobre os cavalos (...).¹⁹

É curioso observar que ainda em março, já havia o interesse pela proibição das corridas de cavalos, questionando-se a “tolerância” das “autoridades civis”. Não foi localizada nenhuma matéria que noticiou esse decreto na atualidade imediata; porém, esse trecho acima permite inferir que esse ato transmitiu a ideia de um presidente intolerante com o que era considerado imoral por esses religiosos, distinguindo a figura de Jânio de outras “autoridades civis”. Essa avaliação equipara-se ao ponto de vista da Vera Chaia, quando ela acentua que esses atos de Jânio ajudaram na construção da imagem de um presidente moralista e religioso, gerando-lhe prestígio político.

¹⁸ *Ibidem*, nº 2298- 19 de março de 1961, p.8.

¹⁹ *Ibidem*, nº 2297- 13 de março de 1961, p.5.

A matéria *A Missão de Igreja e Sua Atividade na Terra*, no tópico *Contrabando* traz, do mesmo modo, informações que permitem identificar a correspondência entre os atos moralistas janistas e a opinião setorial desses religiosos.

Merecedor de aplausos, está o govêrno empenhado em coibir o contrabando. De que ? Uísque, perfumes (...) Há, porém, outra espécie de contrabando que é livre, entra à vontade em nosso país, e até mesmo com autorização legal: livros imorais, folhetos obcenos, gravuras de autêntica pornografia, literatura de franca propaganda comunista, filmes indecentes, drogas anti-concepcionais, entorpecentes de todos os tipos, modelos de vestidos indignos e de uma infinidade de outras coisas que derrancam caracter, aviltam os costumes e nos rebaixam à humilhante posição de importadores de escória. (...) Ainda ninguém explicou porque se coíbe um contrabando e não se coíbe outro. Seria o caso de mandar um bilhetinho a S. excia.²⁰

Conforme já assinalado, para o historiador Jorge Ferreira, Jânio implementou uma severa lei contra o contrabando, merecendo ser levado “a sério” pela historiografia. Já essa matéria difunde que Jânio merece “aplausos” ao coibir o contrabando de objetos ilícitos. Não obstante, solicita-se a Jânio que elabore, da mesma forma, atos contra a “importação de escória” a partir de inúmeros produtos julgados “obcenos”, cogitando-se a possibilidade de “mandar um bilhetinho²¹ a S. excia”. Com isso, é válido afirmar que esses religiosos levavam a sério também a censura da diversões públicas. É indispensável realçar, análogo a Rodrigo Motta, como as “gravuras pornográficas”, “vestidos indignos”, “filmes indecentes”, entre outras coisas, são equipados à “propaganda comunista”. Sendo assim, *A Cruz* inculcava representações dos decretos morais janistas como uma forma de combater a “ameaça vermelha”.

Na coluna *Tópicos*, no item *Um pouco mais adiante Presidente!* nota-se que antes da censura às diversões públicas por Jânio já havia uma demanda exigindo “medidas saneadoras”:

Mais uma vez está de parabéns o sr. Jânio Quadros com uma recente medida saneadora. Recomendou ao Ministro da Justiça que se entenda com os

²⁰ *A Cruz*, nº 2303- 23 de abril de 1961, p.4.

²¹ Para José Pereira, os despachos e memorandos de Jânio foram chamados de “bilhetinhos” pela oposição com propósitos depreciativos. Porém, ocorreria o inverso, pois tal prática ganhou notoriedade por abranger questões referentes à segurança, à saúde, à educação, ao trabalho e à moralização administrativa e aos costumes. Ver: PEREIRA, José. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo: Eliyahu Behar, Musa, 1959, p.13.

governos estaduais e com a Justiça, para coibir os abusos dos anúncios imorais publicados nos jornais e revistas, principalmente os anúncios de filmes cinematográficos cujas gravuras atentam contra o pudor e são inconvenientes aos menores de 18 anos.

Ideia feliz foi essa do Presidente da República, com quem sinceramente nos congratulamos. Entretanto, usaríamos pedir que S. Excia fosse um pouco mais longe, isto é, que interviesse também nos espetáculos de que esses anúncios fazem propaganda: teatro, cinema, rádio e televisão. (...) nas “boites”, nos cabarés, nas escolas de dança, etc..

Justiça seja feita, o Presidente está assoberbado de trabalhos (...).²²

Jânio Quadros recomendou ao ministro da Justiça Oscar Pedroso D’Horta que se empenhasse contra os “anúncios imorais”. Com isso, há uma aprovação imediata dessa recomendação, destacando que foi uma “ideia feliz” essa do Presidente “com quem sinceramente nos congratulamos”. Com isso, solicita-se que “fosse um pouco mais longe”. Assim, tudo indica que seus decretos posteriores reafirmaram essa “congratulação” desses fiéis com Jânio.

Na parte do texto em que se advoga a postura de Jânio: “Justiça seja feita, o Presidente está assoberbado de trabalhos”, ganha um forte significado quando é contextualizado através das principais matérias dessa mesma edição do jornal *A Cruz*. Assim, na capa dessa mesma edição havia inúmeras críticas à política externa de Jânio. A principal manchete alertava por meio do seu título: *O Governador Carlos Lacerda Define a Nossa Política Externa Errada e Perigosa*. No subtítulo uma explanação do próprio Carlos Lacerda: “Não votamos em Jânio- disse- para abrir as portas aos russos”. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que Jânio começa colocar em prática a sua proposta (que já se encontrava presente durante sua campanha presidencial em 1960, de reatamento como o bloco soviético), as forças conservadoras do país intensificaram as críticas ao Presidente. Com isso, não parece equivocado deduzir que a ideia de “Justiça seja feita” a Jânio, estaria justamente ligada a essas críticas recebidas em razão da sua política externa. Assim, essas advertências seriam injustas porque “o Presidente está assoberbado de trabalhos”, entre esses logicamente, suas “medidas saneadoras” moralistas que merecem “parabéns” para esses religiosos.

Essa análise abeira-se do trabalho de Moniz Bandeira, quando afirma que, ao mesmo tempo em que Jânio se aproximava do bloco socialista, o presidente baixava decretos morais para neutralizar as forças políticas da Igreja. Sendo assim, não é arriscado mencionar que tais atos contemplavam alguns projetos políticos da Igreja,

²² *A Cruz*, nº 2310- 11 de junho de 1961, p.2.

surgindo a concepção, entre os fiéis, de que a “Justiça seja feita” a Jânio, isto é, a neutralização de muitos religiosos que dialogavam com o chamado bloco conservador. Contudo, é importante sublinhar que pode ser arriscado imaginar que apenas essa conjuntura bipolar teria determinado tais decretos. Segundo Magalhães, resgatar a formação educacional de Jânio é fundamental para entender que a temática moral já estava nos projetos políticos de Jânio desde os primórdios da sua carreira política, em 1946, não sendo meros atos para contrabalancear a sua política externa.

O Decreto nº: 50.620 - de 18 de Maio de 1961 que proíbe o funcionamento das rinhas de brigas de galos foi reverenciado, igualmente. Na seção *Tópicos*, no item *Brigas*:

O chefe do Executivo baixou decreto proibindo em todo território nacional as brigas de galos (...). Mais uma vez manda a justiça que louvemos e aplaudamos a medida presidencial, que visa extirpar um procedimento nada de acordo com os sentimentos delicados da gente brasileira.²³

Essa medida aconteceu oito dias depois do Decreto nº: 50.578- de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis. Assim, há sinais de que a expressão “mais uma vez” se refere à proibição das corridas de cavalos. Consequentemente, este e aquele decreto foram apreciados como atos em busca de “justiça”; por isso, pedem aos fiéis leitores que “louvemos e aplaudamos”.

Por fim, o famoso Decreto nº. 51.182, de 11 de agosto de 1961, que proibia o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza também foi noticiado e debatido. Em 9 de julho, o redator Alfredo Balthazar da Silveira escrevia uma matéria com o título: *Concursos de Beleza*.

Os concursos de beleza realizados, ultimamente, não diferem das luperciais, celebradas em Roma, porque em tais funções, o pudor feminino é, duramente sacrificado; e, somente, pais paganizados permitem que suas filhas sejam objetos de olhares pecaminosos (...) Pais, que residem em nações cristianizadas, admitem que suas filhas compareçam a tais folguedos e sejam medidas e pesadas como se fossem animais para o uso comercial (...) Oh vergonha inaudita ! (...) Nenhuma vantagem moral proporciona às misses (...) tem de ser proibidos (...).²⁴

²³ *Ibidem*, nº 2311- 18 de junho de 1961, p.2.

²⁴ *Ibidem*, nº 2314- 9 de julho de 1961, p.6.

Alfredo Balthazar compara os concursos de beleza às festas pagãs, logo seria um absurdo, pais residentes em “nações cristianizadas” admitirem suas filhas a essa “vergonha inaudita!”. É possível apostar que o termo “nações cristianizadas” refere-se aos países capitalistas, em oposição aos países do bloco socialista, considerados imorais, pagãos e ateus, reiterando que essas medidas de moralização foram instrumentalizadas como atos simbólicos anticomunistas. No entanto, também há nesse trecho recortado o vínculo dos concursos de beleza ao “uso comercial” do “pudor feminino”. Assim, tais decretos, por outro lado, contemplavam as perspectivas morais dos chamados católicos progressistas, uma vez que essa vertente acreditava que o sistema capitalista geraria perversões morais por causa da supremacia da economia em detrimento do espiritual. Em suma, essas interferências nos comportamentos auxiliaram Jânio Quadros a transpassar suas propostas a diversas camadas sociais e a distintas tendências ideológicas no interior da Igreja. Desse modo, como destacou Vera Chaia, o moralismo janista foi um elemento fundamental na homogeneização de diversos grupos sociais, aumentando sua força política.

A coluna *Um pouco de tudo* de Antônio Guedes de Holanda, no tópico *Mulheres*, segue um viés moralista similar. Esse recorte reforça as representações dos concursos de beleza como algo “melancólico”, sendo uma “caricatura” que deveria ser censurado:

A jovem que se apresenta ao concurso de antemão (...) que vai apenas exibir sua plástica (...) e outras qualidades de nenhuma importância moral. Vaidade das vaidades... (...) “Miss Brasil”... “Miss Universo”... Há muito de melancólico (...) esse retrato que é antes uma caricatura ?²⁵

Mais uma vez na coluna *Tópicos*, no artigo *Só de Saiote*, aparece o interesse na censura aos concursos de beleza. Porém, agora se refere, especificamente, ao decreto de Quadros:

Os concursos nacionais e internacionais (...) grave inconveniente de exporem centenas de donzelas em público quase despidas (...) Vem agora o Sr. Jânio Quadros e em decreto proíbe formalmente (...) é uma medida que se aplaude fartamente. S. Excia. permite o uso de saiote. Presta assim homenagem ao

²⁵ *Ibidem*, nº 2316- 23 de julho de 1961, p.3.

reconhecido decoro da família brasileira. No decreto, refere-se ao grande número de reclamações que estava recebendo e salientou uma Liga das Senhoras Católicas do Paraná.²⁶

A aprovação à censura aos concursos de beleza é justificada, entre outras questões, por “exporem centenas de donzelas em público quase despidas”. Assim, o decreto de Jânio “é uma medida que se aplaude fartamente”, demonstrando que o Presidente reconhece o “decoro da família brasileira”. Nessa fonte há mais um exemplo de como a imprensa católica, representada aqui nesse trabalho acadêmico através desse jornal, concomitantemente, aos atos de Jânio, militou na luta pela formação de uma opinião pública favorável à censura das diversões públicas. Entretanto, diferente de Newton Molon, não se pretende aqui advogar que esses periódicos determinaram a postura dos fiéis leitores, pois como foi já mencionado por Queller, os fiéis têm a capacidade de reformular suas próprias propostas políticas. Dessa maneira, Queller defende, sucintamente, que houve a solicitação da própria população para a implementação dos decretos morais. Isso pode ser observado quando se afirma que Jânio recebera “grande número de reclamações”, solicitando essa proibição. Entretanto, vale ressaltar que por mais que houvesse solicitações ao Presidente Jânio, essas propostas moralizadoras, como já foi mencionado, já estavam presentes quando Jânio ainda era vereador em 1947. Com isso, não parece ser equivocado afirmar que “esse grande número de reclamações” não determinaram tais atos. Mesmo assim, é primordial uma análise empírica acerca desses pedidos moralizadores por parte de pessoas comuns, verificando se realmente existiram de fato ou se correspondeu a uma estratégia utilizada por Jânio para combater possíveis reprovações.

²⁶ *Ibidem*, n° 2320- 20 de agosto de 1961, p.2.

Considerações finais

Os decretos morais dos usos e costumes de Jânio foram interpretados por muitos como “frutos da insanidade” de Jânio, uma vez que estariam “fora da História”. Isso evidencia que tais atos foram protagonistas na construção da imagem de Quadros como um presidente sem crédito para uma investigação científica. Na contramão dessa vertente, essa investigação tentou chamar a atenção ao longo do artigo para a importância de tentar contextualizar tais medidas, fazendo uma relação entre esses decretos e a censura das diversões públicas representadas no jornal *A Cruz*.

Através dessas ações, Jânio conseguiu reforçar simbolicamente as representações do ensinamento moral cristão, as quais eram apropriadas de acordo com as posições políticas de cada tendência dentro da Igreja. Assim, para os católicos conservadores, foram “medidas saneadoras”, entre outras questões, para combater a “ameaça vermelha”. Para os católicos progressistas, auxiliaram na luta contra o liberalismo capitalista, concebido como gerador de “perversões morais” por valorizar apenas o lucro em detrimento dos valores cristãos. Para os que seguiram uma terceira via, tanto o liberalismo como o comunismo eram responsáveis pela imoralidade, aquele mais pelo materialismo e esse, em grande parte, por ser “pagão e ateu”. Dessa maneira, fica evidente que tais decretos auxiliaram a homogeneizar essas identidades políticas em torno da imagem de um presidente moralista e religioso.

A análise do conteúdo desse impresso católico contribuiu para verificar que esses atos do Executivo ajudaram a restaurar uma opinião pública favorável à censura das diversões públicas, semelhante aos interesses de setores representados na imprensa católica. Consequentemente, as representações desses decretos em torno da vida privada, nesse periódico, auxiliaram na manutenção da vida pública de Jânio, já que ele mereceria “parabéns” por essas “medidas saneadoras”.

Esse artigo não esgotou de forma alguma essas problemáticas levantadas, apenas tentou evidenciar que existem inúmeras questões acerca desses decretos que merecem ser trabalhadas mais profundamente. Assim, por exemplo, é fundamental tentar investigar se havia vínculos diretos de Jânio com esses redatores a partir de associações,

de institutos religiosos, de filiação partidária, de movimentos sociais entre outros. É imprescindível também analisar o conteúdo das demais 12 revistas disponíveis na BN, estudando suas representações sobre a censura das diversões públicas. Em síntese, há em geral várias lacunas que são possíveis de serem examinadas.

Referências

Fontes impressas

Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB. Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8

Coleção das Leis de 1961 – Volume II, IV, VI. Atos do Poder Executivo.

Disponível

em

:

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html> 2013-02-18 14:11 h

Jornal A Cruz. Rio de Janeiro, nº: 2190/ 2450, disponível na Biblioteca Nacional, loc: 5-340-5,14.

Bibliografia

BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64.* São Paulo: Brasiliense, 1979.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Jânio Quadros.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965).* São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 7. ed. 2011.

_____, Pierre - "A opinião pública não existe" in: Thiollent, Michel J. M. – *Crítica metodológica e investigação social e enquête operária,* São Paulo: Editora Polis, 1982.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; "Igreja Católica: 1945-1970". In: FAUSTO, Boris (org.). *HGCB. Tomo III – O Brasil Republicano. 4o Volume – Economia e Cultura (1930-1964).* 3. ed. RJ: Bertrand Brasil, 1995.

CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990).* São Paulo: Humanidades, 1991.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. Rio de Janeiro, 1990.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.331-364.

DUARTE, Valter; FERREIRA. *A história da renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais*. Curitiba: CRV, 2011.

FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: cartas ao regime militar. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: vol 5, p. 251-286, 2002.

GROSSI, Eduardo. *Aspectos folkcomunicacionais da propaganda política de Jânio quadros na campanha presidencial de 1960*. Anais do 24. Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo: Intercom, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MAGALHÃES, Felipe Santos. *Varrendo Jânio: trajetória parlamentar (1947-1953)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

MOLON, Newton Duarte. *A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros*. (Dissertação em comunicação). Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2006.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos, e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PEREIRA, José. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo: Eliyahu Behar, Musa, 1959.

QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. 2008. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SILVA, Wellington Teodoro. *Revolução, tradição e religião: o catolicismo nas veredas da política- O jornal Brasil, Urgente- 1963/64*. Curitiba: CRV, 2011.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *As várias fâceis da Igreja Católica*. Rev. Bras. Hist. v. 18, n. 52, São Paulo, 2004. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10025/11597>

LUCA, Tania Regina de. “*História dos, nos e por meio dos periódicos.*” In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora) *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TAVARES, Maria Hermínia de Almeida e WEIS, Luiz. *História da Vida Privada no Brasil*, v. 4 - Carro Zero e Pau de Arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar, Cia das Letras, 1998, p. 320/409.

VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Recebido em 20/3/2015/
Aprovado em 04/6/2015.